

Gênero e sexualidade na época do pluralismo: um desafio às religiões institucionalizadas e universalistas¹

Gender and sexuality in the age of pluralism:
a challenge to institutionalized and universalist religions

Leno Francisco Danner²

RESUMO

Defenderei que as religiões institucionalizadas e universalistas, ao estilo da Igreja Católica, possam abandonar – ou pelo menos relativizar – seus discursos, valores e controles sobre gênero e sexualidade, de modo a servirem como plataforma de enfrentamento em relação a todas as formas de violência envolvendo gênero e sexualidade, muitas delas fundadas em possíveis interpretações de textos religiosos. Isso significa que as instituições religiosas de um modo geral e a Igreja Católica em particular precisarão renunciar às fundamentações essencialistas e naturalizadas nesse campo da vida cotidiana, deixando as questões de gênero e de sexualidade como fazendo parte irremediável da vida privada, uma conquista fundamental do processo de modernização ocidental e das democracias nele fundadas, com base na secularização das instituições, na liberdade individual e no pluralismo dos estilos de vida. Esse abandono ou moderação discursiva acerca das questões de gênero e sexualidade possibilitaria uma renovação importantíssima às instituições religiosas e, na verdade, é, conforme acredito, o caminho por excelência que elas devem tomar neste século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Instituição Religiosa; Fundamentação; Gênero; Sexualidade; Moderação.

ABSTRACT

I will defend that institutionalized and universalist religions, like Catholic Church, can abandon – or at least relativize – their speeches, values and controls on gender and sexuality, in that they can serve as basis to the facing of all forms of violence against gender and sexuality, many of them based on the interpretation of sacred texts. This means that religious institutions in general and Catholic Church in particular will need to renounce to essentialist and naturalized foundations concerning this current field of human life, letting questions of gender and sexuality as irremediable part of private life, that is a fundamental conquest of Western modernization and of democracies based on it, characterized by institutional secularization, individual freedom and pluralism of lifestyles. This abandonment or discursive moderation about gender and sexuality could enable a very important renovation to religious institutions and, in the truth, as I think, it is the way *par excellence* that they must take on in the 21st century.

KEYWORDS: Religious Institution; Foundation; Gender; Sexuality; Moderation.

¹ Recebido em 20/11/2016. Aprovado em 20/01/2016.

² Professor de Filosofia da Universidade Federal de Rondônia. Email: leno_danner@yahoo.com.br

I. Considerações iniciais

Gênero e sexualidade são questões polêmicas e atuais em qualquer aspecto que se possa pensar: não são, em primeira mão, problemas apenas de definição teórica, e sim, antes de tudo, situações práticas, que envolvem a vida de cada homem, mulher, homossexual. Quando falamos dessas questões, portanto, temos de partir do fato de que as pessoas são e vivem gênero e sexualidade, confundindo-se com eles, de modo que, como já disse, não se trata de conceitos abstratos com pouca vinculação à realidade cotidiana, ou que podem ser separados sem qualquer cuidado do viver corriqueiro, neutra e objetivamente [o que certamente não é possível em questões epistemológico-morais]. Por isso, pensá-los e tratá-los com respeito, acolhida e amor, conforme ensinamento inultrapassável do Cristianismo, é sempre a melhor forma de se conceituar teoricamente e de se abordar praticamente sobre tais questões. Antes de tudo, quando falamos em definições epistemológicas, morais e políticas no que tange ao gênero e à sexualidade (mas também sobre o melhor modo de vivermos como indivíduos e como sociedade ou sociedades), estamos tratando de pessoas de carne e osso, com sensibilidade, pessoas às quais podemos machucar se negarmos seu direito à autenticidade moral-existencial, e essa é a base normativa – a única base normativa – de que podemos partir, principalmente nós que, enquanto herdeiros de um ideal normativo de modernidade que acredita se fundar exatamente no universalismo, isto é, em uma postura epistemológico-moral não-egocêntrica e não-etnocêntrica, consideramo-nos efetivamente modernos em termos de formação sociocultural e epistemológico-moral – e nos orgulhamos de ser modernos.

Ora, gênero e sexualidade, até onde meu conhecimento alcança, são questões tratadas por todas as religiões, ainda que de modos diferenciados em vários aspectos. Em particular, é uma questão tratada – com certa polêmica – pela Igreja Católica, não apenas em seu livro sagrado, a Bíblia, mas também em várias interpretações contemporâneas, inclusive e especialmente os textos-bases resultantes do Concílio Vaticano II e da Conferência de Puebla, ou na recente IIª Assembleia Geral dos Bispos, o chamado *Sínodo da Família*.

É uma questão tão polêmica que, recentemente, o Pe. Francisco Roberto Daniel, popularmente conhecido como Pe. Beto, foi excomungado da Igreja Católica por não aceitar re-tratar-se de suas declarações acerca da legitimidade do amor entre pessoas do mesmo sexo³. Em relação a esta excomunhão e ao tratamento, por parte das instituições religiosas, das questões de gênero e sexualidade, o referido ex-presbítero afirmou que nenhuma instituição religiosa atual oferece orientação e sentido existenciais para os indivíduos e os grupos, por causa de sua constituição dogmática, de sua insensibilidade em relação às diferenças, em relação a tudo aquilo que não pode ser enquadrado pura e simplesmente em seus conceitos dogmáticos, essencialistas e naturalizados⁴.

O Pe. Beto está certo? As religiões, mormente as religiões institucionalizadas e universalistas, como a Igreja Católica, são insensíveis, em seus códigos, às diferenças e, em particular, às questões de gênero e de sexualidade? Neste artigo, eu defenderei que a resposta a estas questões dependerá de como as religiões institucionalizadas e universalistas, de um modo geral, e a Igreja Católica, em particular, enfrentarão as referidas questões de gênero e de sexualidade. Na verdade, ao longo do texto, farei uma proposta mais ousada: de que essas mesmas religiões institucionalizadas e universalistas possam abandonar totalmente ou relativizar seus posicionamentos em relação a gênero e sexualidade, retirando dessas questões sua fundamentação essencialista e naturalizada, adotando, em contrapartida, uma postura tanto interna à instituição quanto publicamente, frente à sociedade de um modo geral, de combate a todas as formas de discriminação, mormente àquelas que buscam guarida em códigos religiosos. Nesse sentido, ao contrário do Pe. Beto, acredito que as instituições religiosas, de um modo geral, e a Igreja Católica, em particular, têm um papel epistemológico, político e cultural absolutamente inultrapassável para a constituição de nossas formas de socialização no século XXI. Ou seja, as pessoas e os grupos sociais continuarão necessitando das instituições religiosas para sua orientação ou pelo menos para a validação dos traços gerais dos credos religiosos, o que mantém sempre atual a função socializadora e individualizadora das religiões. Ora, daqui devém meu argumento de

³ Cf.: <http://gl.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2014/11/vaticano-oficializa-excomunhao-de-padre-em-bauru.html>

⁴ Cf.: <http://gl.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2014/10/igreja-nenhuma-e-solucao-diz-padre-excomungado-em-bauru.html>

que, em abandonando as questões de gênero e de sexualidade de seus códigos religiosos, em refreando a intensidade das fundamentações essencialistas e naturalizadas que determinam a compreensão religiosa das questões de gênero e de sexualidade, as instituições religiosas teriam muito a ganhar no que tange ao repensar de suas estruturas, de seu funcionamento interno e dos valores de fomentam socialmente, bem como, em consequência, contribuiriam de modo fundamental para o combate ao preconceito, ao racismo e a todas as formas de violência contra as diferenças, boa parte delas baseada na interpretação de certos textos religiosos ou em passagens específicas deles, reafirmando a importância da religião para a sociabilidade deste século XXI.

II. Secularização e liberdade individual: sobre a fundamentação dos valores na época do pluralismo

Alguém poderia perguntar: mas por que as instituições religiosas devem abandonar as questões de gênero e de sexualidade de seus códigos e valores? Pelo fato de que, em uma época de secularização e de liberdade individual intensificadas, as questões de gênero e de sexualidade saem do campo das instituições religioso-culturais e adentram no campo da vida individual, privatizando-se fortemente. Gênero e sexualidade deixam de ser campos passíveis de definição essencialista e naturalizada, fortemente objetiva, prerrogativa exclusiva das instituições religioso-culturais em termos de fundamentação, na medida em que, com a consolidação do pluralismo dos estilos de vida e das concepções religioso-culturais, tem-se o enfraquecimento – mas não o fim – daquelas posições de tendência universalista, messiânica e missionária, homogeneizadoras de todas as diferenças e que acreditavam servir como guarda-chuva normativo para todos os contextos axiológicos particulares. Certamente, a secularização e a liberdade individual não significam em absoluto o fim das religiões institucionalizadas e nem do sentimento de religiosidade *tout court* (de todo modo, é verdade que secularização e liberdade individual separam instituição religiosa e religiosidade), mas exigem redefinições básicas de sua constituição enquanto instituição, da fundamentação de seus códigos e valores, da centralização na instituição desse poder de fundamentação, do tipo de autoridade clerical e de relação que ela estabelece com os crentes e

não-crentes, bem como no óbvio fato de que as instituições religiosas não monopolizam em si mesmas nem aquele sentimento de religiosidade e nem a interpretação e validação dos textos sagrados ou das práticas e das concepções epistemológico-morais neles baseadas (cf.: EATWOT, 2012, p. 280-285; ARAGÃO, 2012, p. 43-45; ESTERMANN, 2012, p. 97-102; GRÁCIO DAS NEVES, 2012, p. 129-134; MONTEALEGRE, 2012, p. 140-143; ORTIZ, 2012, p. 173-184; SCHIAVO, 2012, p. 208-212; ROBLES, 2012, p. 193-199; CORBÍ, 2012, p. 256).

Ora, a secularização e a liberdade individual levam diretamente à privatização das crenças, dos valores e das práticas, pelo menos em uma medida poderosa. Nesse sentido, ainda que as instituições religioso-culturais mantenham sua importância no que tange à fundamentação dos valores e das práticas de um grupo social específico, bem como o poder de gerar certa coesão nesse grupo social específico, em última instância são os próprios indivíduos que validam ou não as determinações epistemológico-morais e religioso-culturais que partem das instituições de um modo geral e das instituições religiosas em particular. Nas sociedades ocidentais, que são o contexto histórico-normativo a partir do qual estou refletindo sobre as questões de gênero e de sexualidade, com os desafios dali advinentes às instituições religioso-culturais, a secularização está em correlação direta com a consolidação da liberdade individual e, aqui, com o pluralismo dos estilos de vida (cf.: WEBER, 1984; MARRAMAIO, 1997; HABERMAS, 2012; RAWLS, 2002; CATROGA, 2006), o que significa que esse processo interdependente de desencantamento do mundo ou enfraquecimento das concepções metafísico-teológicas de mundo leva ao fortalecimento da liberdade individual e ao enfraquecimento do poder centralizador e aglutinador das instituições religioso-culturais. Desse modo, há uma reflexividade intensificada, nas sociedades modernas, no que diz respeito à organização das instituições, à fundamentação dos códigos, dos valores e das práticas e ao exercício do poder desde as instituições. O individualismo a tudo enfrenta e a quase tudo destrói, quando se pensa em autoridade institucional, o que não é nada ruim.

Com efeito, essa reflexividade intensificada gerada a partir dessa correlação entre secularização das instituições e da cultura e pluralismo e liberdade individual implica em uma tentativa permanente de racionalização tanto do poder das instituições quanto dos

códigos religioso-culturais e sociopolíticos que constituem um horizonte societal de sentido e que buscam determinar, de cima para baixo, os processos de socialização e de subjetivação. Em vários aspectos, o indivíduo moderno, herdeiro de um radical processo de secularização, isto é, de um processo muito forte e intensificado de desencantamento do mundo, de enfraquecimento ou de queda das fundamentações metafísico-teológicas, sente-se como que *fora* da sociedade, das suas instituições políticas e religioso-culturais, e mesmo fora das concepções religioso-culturais de que, paradoxalmente, faz parte ou está subsumido. Ora, esta atitude paradoxal, como disse, de fazer parte de uma sociedade ou de uma cosmovisão e ainda assim sentir-se como que exterior ou independente a ela, é a postura mais específica do homem ocidental (isto é, que afirma uma concepção de individualidade fundante), seja no que diz respeito ao tipo de fundamentação epistemológico-moral que emerge daqui, seja em relação às transformações das estruturas institucionais que *inevitavelmente têm de ser feitas* como forma tanto de essas mesmas instituições adequarem-se à secularização, ao pluralismo e à liberdade individual (já que o indivíduo dá, em grande medida, a última palavra em termos de fundamentação) quanto como condição de sobrevivência das próprias instituições e concepções religioso-culturais.

Note-se que essa definição do homem ocidental como subjetividade fundante é básica para se captar a tônica dos processos de socialização e de subjetivação hodiernos, bem como o crescente enfraquecimento das instituições religioso-culturais em determinarem todos os aspectos da vida dos crentes e dos não-crentes. Em particular, a noção de subjetividade fundante é o cerne normativo e cultural que permite compreender as inúmeras tensões que perpassam os processos de socialização e de subjetivação contemporâneos, em que indivíduos e grupos sociais os mais variados, especialmente os que, devido às suas opções morais, epistemológicas ou mesmo existenciais (pense-se nos movimentos feministas e LGBTT, além de movimentos sociais e de iniciativas cidadãs mais variadas), sentem-se diminuídos ou têm seu direito à autenticidade existencial negado ou menosprezado pelas concepções metafísico-teológicas e pelas instituições religioso-culturais suas guardiãs. A afirmação da subjetividade fundante, portanto, dentro do contexto de uma secularização intensificada e radical, coloca as instituições religioso-culturais e as concepções metafísico-teológicas *contra a parede*, por assim dizer, exigindo o reconhecimento de direitos e da

dignidade própria, bem como, se possível, a redefinição e a reestruturação institucionais, o que significa que fundamentos epistemológico-morais, fundamentação do poder e legitimação das práticas cotidianas têm de ser adequados aos novos tempos em que a subjetividade fundante e a secularização das instituições e da cultura recusam a justificação institucional interna e a imposição verticalizada do poder em qualquer dimensão que se possa pensar, desde a religiosa, passando pela cultural, pela econômica e chegando-se mesmo ao horizonte político – há sempre a necessidade de formulação e de reformulação política e epistemológica, o que significa que as instituições são permanentemente desafiadas e impedidas a reverem seus fundamentos e suas estruturas, tendo de solicitar aos próprios indivíduos posicionamentos normativos sobre questões epistemológico-morais. Se, antes, as instituições impunham verticalmente seus códigos, valores e práticas aos indivíduos, em muitos casos sem direito a questionamento, agora, dá-se exatamente o contrário, o indivíduo moderno é quem enquadra, desde sua própria subjetividade, as instituições, exigindo-lhes adequação aos direitos individuais (e até mesmo aos gostos individuais, o que é ainda mais escandaloso, embora não seja problemático).

Tem-se, desse modo, a impossibilidade de uma imposição institucional verticalizada, de cima para baixo, e com tendência totalizante (no sentido de controle e de orientação de todos os aspectos das vidas dos crentes e dos não-crentes, em particular as questões de gênero e de sexualidade), de estilos de vida e de valores epistemológico-morais vinculantes, determinadores dos processos de socialização e de subjetivação, pelo menos uma imposição institucional verticalizada que atente contra o consolidado individualismo dos estilos de vida e o pluralismo religioso-cultural enquanto marcas fundamentais e correlatas do *ethos* sociocultural contemporâneo. De fato, esta é a principal característica desse mesmo *ethos* sociocultural contemporâneo, a saber, com a consolidação do pluralismo religioso-cultural e do individualismo dos estilos de vida, o enfraquecimento das instituições religioso-culturais no que tange a regularem *todos os comportamentos* dos crentes e, assim, sua impossibilidade de monopolizarem todo o campo de sentido e todo o processo de fundamentação das normas e das práticas.

O pluralismo e o individualismo carregam e consolidam grande dose de ceticismo e de relativismo no que se refere às fundamentações epistemológico-morais de caráter uni-

versalista, ou missionário e messiânico, recusando concepções epistemológico-morais e religioso-culturais totalizantes, naquele sentido de controle e de orientação irrestritas das vidas dos crentes, do que eles podem ser e fazer, do que eles não podem ser e fazer. Ora, é nesta mediação entre o poder institucional das posições religioso-culturais, com caráter vertical, de cima para baixo, e dogmático (no sentido de defender uma verdade essencialista e naturalizada), de um lado, e o pluralismo religioso-cultural e o individualismo dos estilos de vida, com caráter horizontal (e cético em relação às verdades essencialistas e naturalizadas), de outro, que um novo caminho e uma nova forma de fundamentação epistemológico-moral emergem e se consolidam, isto é, algumas questões epistemológico-morais continuam como parte e prerrogativa das instituições religiosas (pense-se na interpretação canônica dos textos sagrados e na realização dos ritos religiosos, que são preponderantemente questão interna da instituição, embora também sejam impactados pelo pluralismo e pelo individualismo), ao passo que outras questões epistemológico-morais – gênero e sexualidade entre eles, isto é, o modo como vivemos gênero e sexualidade – tanto são desconstruídas em seu sentido essencialista ou naturalizado por causa do pluralismo quanto passam, por causa do individualismo, a ser questões de escolha individual em primeira mão, implicando em moderação institucional por parte das posições religioso-culturais no que diz respeito ao seu posicionamento em relação a elas.

Isso significa, evidentemente, um enfraquecimento considerável do poder das instituições religioso-culturais em regularem todos os comportamentos dos crentes e, principalmente, em monopolizarem internamente a si mesmas todo o processo de fundamentação do credo, das normas e das práticas, bem como de sustentarem e de conduzirem qualquer modelo normativo idealizado, fundador de uma comunidade de fé e com pretensão de servir de base epistemológico-moral mais além dessa mesma comunidade de fé. Doravante, elas terão de aproximar-se dos crentes e mesmo dos não-crentes, em um processo de diálogo e de respeito recíprocos, no sentido de, juntos, em uma divisão de poder, decidirem sobre estruturações do poder institucional e do credo, o tipo de caminho em termos de fundamentação epistemológico-moral, bem como que interpretações dos textos sagrados são as melhores para contemplarem não apenas o significado do credo, mantendo-o vivo e forte, mas também no sentido de se adequarem ao pluralismo religioso-

cultural e ao individualismo dos estilos de vida, que não podem mais ser negados ou deixados em segundo plano quando se pensa em estruturação institucional, em fundamentação epistemológico-moral e em vinculação sociocultural e epistemológico-política das instituições religioso-culturais (cf.: CODINA, 2012, p. 60-65; ESTERMANN, 2012, p. 94-97; GEBARA, 2012, p. 113-121; SCHIAVO, 2012, p. 212-214).

III. Gênero e sexualidade desde as religiões institucionalizadas e universalistas – o desafio da reformulação institucional

A institucionalização tem como consequência o fato de que a fundamentação das crenças e das normas passa a ser determinada tanto a partir das autoridades internas às instituições quanto por meio de um procedimento que também é interno a essas mesmas instituições. As instituições, por conseguinte, monopolizam o poder de fundamentação, a legitimação de sua área de atuação ao longo do tempo e, com isso, centralizam em si mesmas a autoridade desse campo de vida que elas assumem serem representantes, protetoras e fomentadoras. Como centro de poder e de fundamentação do sentido, elas estabelecem com os indivíduos e os grupos sociais uma relação de dependência e de reciprocidade, cujo cerne consiste exatamente em que cada instituição dá a primeira e a última palavra no que tange ao processo de legitimação de seu campo específico. Isso é verdade tanto às instituições políticas quanto, no caso desse texto, às instituições religioso-culturais, de um modo geral, e à Igreja Católica, em particular. E também é verdade que a crise das instituições – que ataca essa centralização e essa monopolização fortes do poder e da legitimação dentro das instituições, que se fecham em grande medida a procedimentos democráticos inclusivos e substantivos – afeta seja as instituições políticas, seja as instituições religioso-culturais.

Este, conforme acredito, é o desafio mais importante às instituições políticas e religioso-culturais deste início do século XXI, um desafio comparável à própria fundação e consolidação dessas mesmas instituições e, depois, à sua adequação a critérios político-culturais e jurídico-constitucionais mínimos próprios de nossas sociedades democráticas –

um processo longo em termos de adequação institucional ao fenômeno impactante da modernização, que começa desde o século XVIII. Ou seja, tomando o caso do Cristianismo, se, *primeiro*, seu grande desafio foi impor-se ante o Judaísmo e, depois, ante o politeísmo romano, tornando-se não apenas uma religião que pudesse ser seguida livremente por quem quisesse na Roma politeísta, mas também a religião oficial do Império Romano; se, *segundo*, seu posterior desafio – resolvido de forma bem-sucedida – foi institucionalizar-se fortemente, de modo a centralizar o processo de interpretação e de legitimação do credo, monopolizar o poder religioso dentro da instituição e aglutinar a comunidade dos crentes em torno da e com base na instituição Igreja Católica, enfrentando e superando [ainda que nisso também tenha contado o profundo contato entre religião e política propugnado e realizado pela Igreja Católica] as diversas seitas religiosas de índole cristã; se, *terceiro*, a Igreja Católica e as instituições surgidas da Reforma Protestante conseguiram, depois de duras lutas, construir acordos mínimos com vistas a solidificar a tolerância mútua e a evitar guerras religiosas sem fim; se, *quarto*, as religiões institucionalizadas, a Igreja Católica entre elas, souberam aclimatar-se bem à progressiva consolidação de valores democráticos, ao pluralismo e aos direitos individuais, próprios das sociedades ocidentais em processo de modernização, de secularização e de democratização; penso, como continuação desse processo institucional de evolução e de estruturação, que restaria mais um passo importante a ser tomado por estas mesmas instituições de um modo geral e pelas instituições religioso-culturais em particular.

Diria, a partir disso, que estamos em um momento em que *um quinto desafio* é colocado às instituições, de um modo geral, e às instituições religioso-culturais (incluindo aqui a Igreja Católica), em particular, a saber, o desafio de enfraquecer a centralização do poder político e religioso-cultural e abrir o processo de legitimação do credo, das normas e das práticas, das decisões vinculantes, individual e coletivamente, aos crentes *e também aos não-crentes*. Note-se, em primeiro lugar, que é um *processo conseqüente* com o tipo de evolução e de reestruturação institucional que as instituições religioso-culturais – mormente, como meu caso exemplar neste texto, a Igreja Católica – assumiram como mote ao longo de sua história, isto é, não apenas adequar os tempos às suas estruturas internas, mas também deixarem-se modificar pela transformação dos próprios tempos his-

tóricos e pelas diferenciações sociais, políticas, culturais e mesmo econômicas que eles trazem ou instauram. No caso da Igreja Católica, aquelas quatro adaptações genéricas de que falei acima mostram o quanto a *instituição* Igreja Católica adaptou-se bem às mudanças históricas e socioculturais, pouco perdendo em poder e influência sociocultural, principalmente, quando, desde a modernidade, foi impactada pelo Protestantismo, pela progressiva consolidação da democracia política, pela secularização e pela liberdade individual, pelo pluralismo, pela hegemonia da ciência e da técnica etc.

Em segundo lugar, portanto, adaptar-se à realidade contemporânea de consolidados multiculturalismo e individualismo não apenas impediria a perda de capacidade e de poder institucionais, por parte das instituições religioso-culturais de um modo geral e da Igreja Católica em particular, senão que certamente lhes daria novo fôlego e nova estrutura institucional e epistêmico-normativa no que tange a responder aos novos tempos, naquilo que eles têm de progressivo e também de problemático, servindo de espora normativa, de força sociocultural e de baluarte político para que indivíduos e grupos – crentes e mesmo não-crentes – possam escorar-se quando buscam consolo, orientação e apoio na resolução dos problemas de integração social. Estas mudanças institucionais, no sentido de radicalizarem as conquistas em termos de pluralismo religioso-cultural, individualismo dos estilos de vida, democracia e, evidentemente, secularização, dão o direcionamento teórico-prático e oferecem o conteúdo normativo a partir do qual a estruturação e as práticas das instituições religioso-culturais (e também das instituições políticas) podem ser pensadas e orientadas neste início do século XXI. A democracia, por incrível que pareça, pode ser fortalecida *desde* as instituições religioso-culturais, na medida em que elas dispuserem-se a, em um contato cada vez mais aproximado com os crentes e os não-crentes, rediscutirem e repensarem suas estruturas, práticas e valores – a democracia, portanto, no meu entender, pode ser fortalecida com mais intensidade no contato entre instituições religiosas e crentes e não-crentes, do que no contato entre partidos políticos profissionais e eleitores ou cidadãos, o que, para começar, dá uma ideia da importância do papel sociocultural das religiões institucionalizadas.

É natural o fato de que, com a institucionalização, uma concepção religioso-cultural centralize o poder e monopolize internamente a si mesma, por suas elites eclesásticas e de

acordo com sua hierarquia e procedimentos, os processos de interpretação, de legitimação e de fomento do credo, para não se falar dos posicionamentos institucionais que se dirigem à sociedade política (supondo que possa haver essa diferenciação entre sociedade política e o âmbito das posições religioso-culturais, o que nem sempre é claro ou necessário). É natural e até necessário, à proporção que uma concepção religioso-cultural institucionalizada necessita ser depurada e objetivada teórico-praticamente, fundamentada, promovida ao longo do tempo. O que *não é mais natural ou coerente* é o fato de que essa centralização do poder e essa monopolização da legitimação do credo, por parte das instituições religiosas, possam simplesmente ser construídas e evoluírem sem uma readequação da própria instituição e do próprio credo às mudanças históricas que, efetivamente, caracterizam os novos tempos, que são fundamentais para a compreensão e para a dinamização desses novos tempos. Note-se, com isso, que, a democracia política, o pluralismo religioso-cultural e o individualismo dos estilos de vida não apenas são valores fundamentais para a compreensão da contemporaneidade, mas também são totalmente positivos para se perceber que essa mesma contemporaneidade tem uma condição melhor qualitativamente falando em relação a outras épocas históricas (cf.: HONNETH, 2003; FORST, 2010; DANNER, 2013a, 2013b). Ora, assumir e fomentar tais valores como seus próprios seria uma grande atitude às instituições religioso-culturais, o que também significa que essas mesmas instituições religioso-culturais podem utilizá-los de modo profícuo para sua reformulação interna e para o tipo de contato que estabelecem com crentes e não-crentes.

As instituições religioso-culturais, de um modo geral, e a Igreja Católica, em particular, precisam e podem ser mais sensíveis a estas mudanças eminentemente profanas, que, como venho dizendo, podem ser consideradas como verdadeiras conquistas das sociedades ocidentais contemporâneas – a democracia, o pluralismo e o individualismo dos estilos de vida são valores que certamente permitem transformações profundas e abrangentes em todos os âmbitos da sociedade, desde o horizonte político, passando pelo horizonte religioso-cultural e chegando-se mesmo à própria esfera econômica. Em vários aspectos, esses três valores permitem construir-se processos de socialização e de subjetivação renovados, efetivos, que se baseiem na – e realizem a – dignidade de todos os indivíduos e grupos sociais. Ora, a preocupação com a vida cotidiana é tão importante quanto o cuidado espi-

ritual (que está atrelado àquela). A Igreja é deste mundo, a religião é deste mundo, ou seja, não é apenas um fenômeno espiritual, mas também social, político, cultural e, como tal, deve ser afirmado. Por isso, a importância da reformulação institucional progressiva calca-se nos valores da democracia, do pluralismo e do individualismo (cf.: COLLINS, 2006; RORTY, 2010; VATTIMO, 2004; DANNER, 2014). Eles não levam ao fim da instituição religiosa, como venho dizendo, embora impliquem em moderação institucional no que tange à fundamentação do credo e do poder e, em última instância, levam mesmo ao abandono, por parte das instituições, de certas áreas da vida humana que passam a ser dinamizadas exclusivamente a partir da significação que a elas dá cada subjetividade. Gênero e sexualidade, ainda como venho defendendo, podem ser situados nesse novo contexto propiciado pelos valores da democracia, do pluralismo e do individualismo.

As questões de gênero e de sexualidade podem ser melhor tratadas, pelas instituições religioso-culturais, se, ao invés de serem afirmadas desde um sentido essencialista ou naturalizado, fossem percebidas e assumidas como uma questão *impossível de ser transformada em conteúdo essencialista ou naturalizado*, ficando basicamente como uma escolha individual, a ser realizada a partir da pluralidade de perspectivas estéticas, existenciais e normativas assumidas no cotidiano. Com efeito, gênero e sexualidade de há muito se tornaram, pelo menos no que diz respeito às sociedades democráticas ocidentais, uma questão relacionada à intimidade da esfera privada de vida de cada indivíduo. Eles foram os pontos centrais da crescente privatização da vida do indivíduo ocidental, a partir de uma delimitação bem clara e incisiva em relação ao que efetivamente é institucional e de domínio público e ao que é apenas individual. Nesse sentido, cada indivíduo vive gênero e sexualidade do modo como considerar mais adequado, de acordo com sua liberdade crítica e criativa, o que significa que, antes de qualquer determinação essencialista ou naturalizada concernente a gênero e sexualidade, por parte das instituições religioso-culturais, é o sentido dado pelo indivíduo à sua vida – e, aqui, como ele quer viver gênero e sexualidade – que norteia as compreensões jurídicas, constitucionais e políticas publicamente vinculantes em nossas sociedades democráticas. Ou seja, viver gênero e sexualidade é uma questão basicamente de esfera privada de vida, e uma sociedade democrática contemporânea, consolidada em termos de secularização institucional e cultural, constrói todo um arcabouço

jurídico, constitucional e político para a defesa dessa interioridade que constitui um dos aspectos centrais da vida de cada indivíduo, devendo contar, para isso, com a readequação das instituições religioso-culturais e o repensar de seus códigos essencialistas e naturalizados.

As instituições religioso-culturais, na medida em que procuram fundar e afirmar uma compreensão essencialista e naturalizada de gênero e de sexualidade, assumem para si mesmas um fardo insuportável e extremamente tenso – tanto para sua constituição enquanto instituições religioso-culturais quanto para a contemporaneidade de um modo mais geral –, um fardo que as leva a conflitos sociais intermináveis, desgastantes e pouco honrosos de serem encampados, para não se falar nos potenciais problemas de preconceito, de violência e de negação da alteridade que essa mesma fundamentação essencialista e naturalizada pode gerar. Note-se que a democracia, o pluralismo e o individualismo impedem o desenvolvimento de abordagens teórico-práticas essencialistas ou naturalizadas, especialmente se estas abordagens buscam assumir um caráter universalista que extrapola sua localização espaço-temporal e, aqui, a comunidade dos crentes em particular, ou se elas têm a tendência a um controle totalizante sobre toda a vida dos crentes e dos não-crentes, ambas as coisas impossíveis de serem feitas de um modo estrito. Nesse sentido, tais abordagens são desafiadas a assumirem uma moderação em termos de estruturação institucional, de fundamentação dos valores e das práticas, bem como de alcance do próprio credo, que são benéficas para as instituições religioso-culturais, já que permitem, como venho dizendo, às instituições desvencilharem-se e abandonarem, de uma vez por todas, questões epistemológicas, morais e existenciais que simplesmente já não podem ser enquadradas de modo essencialista e naturalizado, e que já não possuem apenas uma única versão ou compreensão. A democracia, o pluralismo e o individualismo chegaram para ficar – e aquelas instituições religioso-culturais que efetivamente conseguirem adequar-se à radicalidade destes novos tempos (novos tempos que, de todo modo, não representam o fim das instituições religioso-culturais, ainda que impliquem em seu enfraquecimento), remodelando-se internamente e em termos de contato com os crentes e os não-crentes, com certeza ganharão novo fôlego para se constituírem como instâncias de emancipação nestes novos tempos.

Prova desse grande problema encampado pelas instituições religioso-culturais – no caso, a Igreja Católica – em sua tentativa de definirem os contornos gerais sobre gênero e sexualidade pode ser percebida na versão inicial do documento formulado pela 11ª Assembleia Geral dos Bispos, que é chamada de *Sínodo da Família*, realizado em outubro de 2014. Falo em *grande problema* devido ao fato de que, novamente, são as questões de gênero e de sexualidade, balizadas pela compreensão de família tradicional, isto é, por noções essencialistas e naturalizadas de gênero e de sexualidade, que dão a tônica de todo o documento. Chama-se, naquele texto, a família de “escola de humanidade” (§ 2), ao mesmo tempo em que se critica o “individualismo exasperado” e “percebido como absoluto”, para não se falar no “problema representado pelos contextos religioso-culturais particulares” (o documento cita a África) no que tange à promoção da integridade do matrimônio e da família, que esses mesmos contextos nem sempre permitem (§ 7), bem como no fato de que se reconhece elementos importantes em outras culturas e religiões, não obstante “as limitações e insuficiências destas” (§ 19). E finaliza-se com a afirmação de que o “sentido da existência humana” possui um fundamento essencialista que, não por acaso, está em contraposição ao individualismo (individualismo percebido genericamente como um mal de nossos tempos).

Os grandes valores do casamento e da família cristã correspondem à busca que caracteriza a existência humana mesmo em um tempo marcado pelo individualismo e pelo hedonismo. É necessário aceitar as pessoas em sua situação concreta, saber como ampará-las em sua jornada, fomentar o desejo por Deus e a vontade de sentir-se completamente parte da Igreja [...]” (§ 11)⁵.

Note-se que se fala nos *grandes valores do casamento e da família cristã*, sua *contraposição ao individualismo* e, no mesmo contexto, da necessidade de se *aceitar as pessoas em sua situação concreta*. Surgem problemas, aqui, especialmente porque gênero e sexualidade não podem ser enquadrados de maneira estrita nas noções de casamento hete-

⁵ Sobre o documento referente à 11ª Assembleia Geral dos Bispos ou *Sínodo da Família*, conferir: <http://press.vatican.va/content/salastampa/en/bollettino/pubblico/2014/10/13/0751/03037.html>. A mesma percepção deste documento foi defendida tanto na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, resultante do Concílio Vaticano II e expressa no documento dali originado, *Compêndio do Vaticano II: Constituições, Decretos, Declarações* (p. 195-204), quanto na Conferência de Puebla, em seu documento *Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina*. Conclusões da Conferência de Puebla (p. 238-242).

rossexual monogâmico e de família cristã tradicional, que são os dois modelos a embasar as noções essencialistas e naturalizadas de gênero e de sexualidade desde o conteúdo normativo legitimado e fomentado por meio da Igreja Católica. Não quero, em absoluto, diminuir esse tipo de abordagem, muito pelo contrário. Mas sim enfatizar que ela gera, uma vez afirmada institucionalmente, mais tensões que benefícios individuais e sociais, principalmente na medida em que ela se contrapõe às – ou minimiza a importância das – concepções alternativas acerca de gênero e de sexualidade, de religião e de cultura, e, mais ainda, no momento em que se nega o completo reconhecimento das diferenças, *que somente a reformulação institucional e a moderação discursiva podem dar* – e a existência de diferenças irreduzíveis, não-homogeneizáveis e não-racionalizáveis, é a *situação concreta* da qual se deve partir. Nesse sentido, é bem provável que o *Sínodo da Família*, na medida em que continua a dar peso decisivo às questões de gênero e sexualidade, acreditando defini-las a partir de fundamentações essencialistas e naturalizadas (heterossexualismo, matrimônio monogâmico, família tradicional) represente pouca evolução institucional à Igreja Católica, servindo mais como um reforço de um tipo de discurso institucional que é teimosamente contraposto aos novos tempos do que efetivamente adequado aos novos tempos. Isso se reflete no tom negativo dado ao individualismo e na já citada ênfase no conceito de família tradicional, que, no texto, aparece expresso com o conceito de *família cristã* modelar.

Enfim, retirar gênero e sexualidade da pauta das instituições religioso-culturais, ou pelo menos moderar o discurso e a prática institucionais acerca das questões de gênero e de sexualidade, seria efetivamente um fator de engrandecimento para as instituições religioso-culturais e, mais ainda, uma forma de elas combaterem qualquer forma de violência e de negação às diferenças, algo que elas fomentaram (ou que, pelo menos, permitiram) no momento em que impuseram fundamentações essencialistas e naturalizadas sobre gênero e sexualidade. E essa reformulação institucional não deveria ser atrasada ou impedida um minuto sequer. A democracia, o pluralismo e o individualismo são conquistas importantes não apenas para a organização sociopolítica das sociedades contemporâneas, mas, como venho dizendo, representariam uma verdadeira revolução epistemológica e política às próprias instituições religiosas, possibilitando que elas pudessem constituir-se efetivamente

como salvaguarda normativa do mundo contemporâneo e fonte de inspiração para crentes e mesmo não-crentes.

Enfraquecer o poder das instituições religioso-culturais e das concepções epistemológico-morais essencialistas e naturalizadas – que elas sustentam e promovem ao longo do tempo – em favor da democracia, do pluralismo e do individualismo seria a conquista por excelência de nossos tempos – uma conquista que as instituições religioso-culturais podem realizar desde dentro e por parte de suas autoridades –. Ora, o viver é sempre algo que acontece como individual e sob formas plurais. Ter sempre isso como fundamento normativo enfraquece essa tendência totalizante das concepções religioso-culturais, metafísico-teológicas, sem retirar-lhes a centralidade e a importância em termos de influência dos processos de socialização e de subjetivação contemporâneos, favorecendo a moderação discursiva, o amor, a humildade e o acolhimento das diferenças, que jamais serão reduzidas aos nossos próprios valores e ao nosso próprio jeito de ser.

IV. Considerações finais

A situação de democracia, secularização, pluralismo e individualismo representa uma importante e, conforme penso, inultrapassável oportunidade para uma reconstrução e uma reformulação das instituições religiosas em seu contato com os crentes e com os não-crentes. O pluralismo e o individualismo são positivos, assim como o são a democracia e a secularização. Eles tiram, como já disse acima, um peso bastante insuportável e tenso às instituições religiosas, a saber, a necessidade – que agora se revela insustentável e desnecessária – de se responsabilizarem e de controlarem todos os aspectos da vida individual e social, a necessidade de partirem de um fundamento essencialista e naturalizado para a tematização de gênero e de sexualidade. Doravante, elas podem se dedicar melhor ao cultivo da espiritualidade, deixando o viver gênero e sexualidade à responsabilidade e à criatividade dos próprios indivíduos e grupos socioculturais.

Estes valores, por fim, intrinsecamente ligados, apelam diretamente à sensibilidade das instituições religioso-culturais, sensibilidade no que diz respeito à fundamentação e ao fomento intersubjetivo dos valores, o que implica que se tenha o cuidado necessário com

a integridade de outras formas de vida, de um modo geral, e dos direitos individuais, em particular, na medida em que não podemos nunca reduzir o outro ao mesmo, aquilo que é o outro à nossa identidade. Ora, essa consciência de não podermos nunca reduzir a alteridade à identidade de nossa concepção religioso-cultural não nos deve levar a uma atitude de combate e de marginalização da diferença, e sim na cessação de qualquer atitude teórico-prática de fundamentação epistemológico-moral que tente assimilar as diferenças desde fora, que tente colonizar ou julgar desde o exterior uma dinâmica sociocultural que somente faz sentido a quem está dentro, a quem a vive – e que só faz sentido porque se a vive, e não porque ela pode ser justificada ou enquadrada desde uma visão essencialista e naturalizada em termos epistemológico-morais.

Moderação no que tange às fundamentações epistemológico-morais essencialistas e naturalizadas, bem como em termos de imposição delas a todo e qualquer contexto, a toda e qualquer situação, conforme penso, é o principal ensinamento da vida sociocultural contemporânea. Esta é, por demais, pluralista e individualizada para que uma concepção essencialista e naturalizada possa tanto querer se responsabilizar pela regulação de todos os aspectos da vida humana, individual e socialmente, quanto buscar servir como guarda-chuva normativo ou universalista das concepções religioso-culturais particulares, julgando-as e assimilando-as desde fora, com base em princípios e dinâmicas epistemológico-morais alienígenas. Moderação e sensibilidade às diferenças e à irreduzibilidade de cada diferença em relação às outras, portanto, são os valores-chave de uma realidade marcada pela democracia, pelo pluralismo, pela secularização e pelo individualismo, merecendo ser assumidas e fomentadas pelas instituições religioso-culturais com mais radicalidade do que até agora se tem feito. Isso implica, conforme acredito, um posicionamento institucional claro e direto de combate a todas as formas de violência contra a alteridade, que passa ou pelo abandono das questões de gênero e de sexualidade (entre outras questões), ou pela sua reformulação tendo como base aqueles valores.

Nesse sentido, erradicar uma interpretação preconceituosa ou condenatória sobre gênero e sexualidade dos textos religiosos também é uma tarefa fundamental das instituições religiosas, no momento em que se utilizam dessas conquistas contemporâneas que são a democracia, o pluralismo, a secularização e o individualismo – muitos indivíduos e

grupos se utilizam de passagens bem seletivas dos textos religiosos para condenarem ou realizarem uma cruzada aberta contra as diferenças (inclusive no âmbito político), de modo que é importante às instituições religioso-culturais depurarem essas interpretações e publicamente as afirmarem, deslegitimando essas práticas agressivas e negadoras das diferenças. Como são instituições que geram estados de ânimo coletivos, têm de adotar postura condescendente com essa característica e com os impactos gerados a partir disso. E isso não poderia ser diferente: as instituições religioso-culturais atingem em cheio os processos de socialização e de subjetivação de milhões e bilhões de pessoas, com um peso muito maior que qualquer concepção política ou visão científica de mundo, que um dia julgaram pretensiosamente substituir a religião e as próprias instituições religioso-culturais. Isso se revelou uma ilusão por parte das concepções políticas e científicas, mas, por outro lado, já não é mais sustentável, por parte das instituições religiosas, uma visão essencialista e naturalizada acerca de gênero e de sexualidade, devido ao pluralismo religioso-cultural e ao individualismo dos estilos de vida. Com isso, passa para primeiro plano essa moderação discursiva e essa sensibilidade para com as diferenças, bem como a abertura democrática aos crentes e aos não-crentes, que as instituições religioso-culturais podem assumir como fundamento para a mudança de suas estruturas, da fundamentação de seu poder e do credo, bem como para uma intersubjetividade que tenha seu cerne no respeito e na promoção das diferenças enquanto diferenças.

A religião, diferentemente da ciência, é um dos poucos lugares que não apenas não foi contaminado pelo poder, mas que também mantém o mandamento do amor incondicional como seu fundamento basilar, ao contrário dessa mesma ciência, calcada basicamente na racionalização permanente, incessante, totalizante. Ora, amor incondicional poderia ser efetivamente o substrato de práticas religioso-culturais, sociopolíticas e econômicas renovadas, o único valor – porque resume, aglutina, sintetiza e pressupõe todos os outros valores – que merece ser protegido, fomentado e solidificado neste nosso mundo contemporâneo, para todos e todas, entre todos e todas, por parte de todos e todas. Uma boa parte da fundamentação epistemológico-moral, se não toda ela, é infinitamente menos poderosa que o amor incondicional, porque, ao passo que aquela exige racionalização e homogeneização incessantes (embora nunca haja qualquer consenso em torno delas), bem

como imposição delas, o amor simplesmente significa a acolhida e o respeito sem qualquer fundamento, sem nada em troca. Amor incondicional, em outras palavras, significa recusa de autoafirmação frente aos demais, recusa de imposição dos próprios valores frente aos demais, recusa da redução da alteridade desde conceitos e valores de outra concepção epistemológico-moral – amor é não-poder (na medida em que poder é sempre imposição), aceitação radical da alteridade. Para as instituições religioso-culturais, ele seria um valor *sine qua non* de enfrentamento destes novos tempos. Não acredito existir melhor princípio e remédio para nosso mundo contemporâneo, que merece ser partilhado desde as instituições religioso-culturais de um modo geral e desde a Igreja Católica em particular. Amor para se viver bem e para se resolver os problemas do mundo contemporâneo é uma necessidade premente hoje, assim como o foi uma necessidade premente ontem. Amor que acolhe todos e cada um do jeito que são e que leva à recusa do poder e à recusa da afirmação impositiva do poder – essa é a resposta mais sublime que podemos dar em um mundo contemporâneo tão sedento de amor, o resumo de todo Cristianismo, que vale tanto para os indivíduos e os grupos sociais, quanto para as instituições religioso-culturais.

Referências Bibliográficas

ARAGÃO, Gilbraz. Condição Pós-Religiosa na América Latina: Visão de Um Nordeste. In: *Voices: Theological Journal of EATWOT*, vol. XXXV, n.º. 1, Jan./Mar. 2012, p. 39-46, ISSN: 2222-0763. Disponível em:

<<http://internationaltheologicalcommission.org/VOICES/VOICES-2012-1.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

BONORA, Mariana. “Vaticano oficializa excomunhão de padre em Bauru”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15/11/2014. Disponível em: <<http://gl.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2014/11/vaticano-oficializa-excomunhao-de-padre-em-bauru.html>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

CATROGA, Fernando. *Entre Deuses e Césares. Secularização, Laicidade e Religião Civil – Uma Perspectiva Histórica*. Coimbra: Edições Almedina, 2006.

CODINA, Víctor. Consulta sobre Religião: Pluralismo Religioso. In: *Voices: Theological Journal of EATWOT*, vol. XXXV, n°. 1, Jan./Mar. 2012, p. 60-66, ISSN: 2222-0763. Disponível em: <<http://internationaltheologicalcommission.org/VOICES/VOICES-2012-1.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

COLLINS, John J. *A Bíblia Justifica a Violência?* Trad. Walter Eduardo Lisboa. São Paulo: Paulinas, 2006.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Compêndio Vaticano II: Constituições, Decretos, Declarações*. Introdução e Índice Analítico de Frei Boaventura Kloppenburg. Coordenação Geral de Frei Frederico Vier. Petrópolis: Vozes, 1983.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). *Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina*. Conclusões da Conferência de Puebla. São Paulo: Paulinas, 1983.

CORBÌ, Maria. Elementos Constitutivos do Paradigma Pós-Religional. In: *Voices: Theological Journal of EATWOT*, vol. XXXV, n°. 1, Jan./Mar. 2012, p. 255-259, ISSN: 2222-0763. Disponível em: <<http://internationaltheologicalcommission.org/VOICES/VOICES-2012-1.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

DANNER, Leno Francisco. “O *Ethos* Sociocultural Contemporâneo: das Culturas Tradicionais à Fusão de Culturas”, *Pensando – Revista de Filosofia (UFPI)*, vol. 4, n°. 8, 2013a, p. 116-139, ISSN: 2178-843x. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/pensando/article/download/1062/1423>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

DANNER, Leno Francisco. “Um Fundamento para o Ecumenismo: a Irreduzibilidade do Outro”, *Horizonte*, ISSN 2175-5841, Belo Horizonte, v. 12, n. 33, jan./mar. 2014, p. 70-98. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2014vi12n33p70/6775>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

DANNER, Leno Francisco. Notas sobre o Processo de Evolução Sociocultural Contemporâneo: da Fusão de Culturas à Erosão da Autoridade. In: *Kalagatos - Revista de Filosofia*, Fortaleza [CE], v. 1, n°. 19, 2013b, p. 275-312, ISSN: 1984-9206. Disponível em: <http://www.uece.br/kalagatos/dmdocuments/VION19_Inv_2013_Artigo_Leno_Francisco_Danner.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.

EATWOT. Propuesta Teológica: Hacia Un Paradigma Pos-Religional? In: *Voices: Theological Journal of EATWOT*, vol. XXXV, n°. 1, Jan./Mar. 2012, p. 275-288, ISSN: 2222-0763. Disponível em: <<http://internationaltheologicalcommission.org/VOICES/VOICES-2012-1.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

ESTERMANN, Josef. La Religión no Redime. In: *Voices: Theological Journal of EATWOT*, vol. XXXV, n°. 1, Jan./Mar. 2012, p. 94-102, ISSN: 2222-0763. Disponível em:

<<http://internationaltheologicalcommission.org/VOICES/VOICES-2012-1.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

FORST, Rainer. *Contextos da Justiça*. Filosofia Política para além de Liberalismo e Comunitarismo. Trad. Denilson Luís Werle. São Paulo: Boitempo, 2010.

GEBARA, Ivone. Suspeitas e Reflexões Filosóficas em torno da Crise da Religião. In: *Voices: Theological Journal of EATWOT*, vol. XXXV, n.º. 1, Jan./Mar. 2012, p. 113-122, ISSN: 2222-0763. Disponível em: <<http://internationaltheologicalcommission.org/VOICES/VOICES-2012-1.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

11ª GENERAL ASSEMBLY. 'Relatio Post Disceptationem' of the General Rapporteur, Card. Péter Erdó. In: *Vatican Press*, Vaticano, 13/10/2014. Disponível em: <<http://press.vatican.va/content/salastampa/en/bollettino/pubblico/2014/10/13/0751/03037.html>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

GRÁCIO DAS NIEVES, Rui Manuel. Fin de la Religión o Nacimiento de la Espiritualidad? In: *Voices: Theological Journal of EATWOT*, vol. XXXV, n.º. 1, Jan./Mar. 2012, p. 129-134, ISSN: 2222-0763. Disponível em: <<http://internationaltheologicalcommission.org/VOICES/VOICES-2012-1.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do Agir Comunicativo*: Racionalidade da Ação e Racionalização Social (Vol. I). Tradução de Paulo Astor Soethe. Revisão Técnica de Flávio Beno Siebenichler. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HONNETH, Axel. *Luta por Reconhecimento*: a Gramática Moral dos Conflitos Sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

MARRAMAIO, Giacomo. *Céu e Terra*: Genealogia da Secularização. Trad. Guilherme Alberto Gomez de Andrade. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

MONTEALEGRE, Deivit. Cambio: Significación y Desafíos – Una Nueva Visión de la Religión. In: *Voices: Theological Journal of EATWOT*, vol. XXXV, n.º. 1, Jan./Mar. 2012, p. 140-144, ISSN: 2222-0763. Disponível em: <<http://internationaltheologicalcommission.org/VOICES/VOICES-2012-1.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

ORTIZ, Juan Diego. Del Teísmo al Posteísmo: Un Cambio en la Cultura Religiosa. In: *Voices: Theological Journal of EATWOT*, vol. XXXV, n.º. 1, Jan./Mar. 2012, p. 173-184, ISSN: 2222-0763. Disponível em: <<http://internationaltheologicalcommission.org/VOICES/VOICES-2012-1.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

RAWLS, John. *O Liberalismo Político*. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. Brasília: Instituto Teotônio Vilela; São Paulo: Editora Ática, 2002.

ROBLES, José Amando. Cambia Copernicanamente la Religión. Deve Cambiar la Teología. In: *Voices: Theological Journal of EATWOT*, vol. XXXV, n.º. 1, Jan./Mar. 2012, p. 193-200, ISSN: 2222-0763. Disponível em: <<http://internationaltheologicalcommission.org/VOICES/VOICES-2012-1.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

RORTY, Richard. *Uma Ética Laica*. Trad. Mirella Traversin Marino. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SCHIAVO, Luigi. Religión Católica y Cambio Cultural en América Latina y Caribe. In: *Voices: Theological Journal of EATWOT*, vol. XXXV, n.º. 1, Jan./Mar. 2012, p. 208-214, ISSN: 2222-0763. Disponível em: <<http://internationaltheologicalcommission.org/VOICES/VOICES-2012-1.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

SCHNEIDER, Alan. “Igreja nenhuma é a solução, diz padre excomungado de Bauru”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14/10/2014. Disponível em: <<http://gl.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2014/10/igreja-nenhuma-e-solucao-diz-padre-excomungado-em-bauru.html>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

VATTIMO, Gianni. *Depois da Cristandade*. por Um Cristianismo Não-Religioso. Trad. Cynthia Marques. Rio de Janeiro: Record, 2004.

WEBER, Max. *Sociología de la Religión* [T. I]. Traducción de José Almaraz y de Julio Carabaña. Madrid: Taurus Ediciones, 1984.